

MUNICÍPIO DE  
**ONDA VERDE**  
'cãos fazendo parte!'

**LEI n° 1.212/2006**

de 04 de Outubro de 2006

*"Dispõe sobre a criação, implantação e regulamentação do PRODEON – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ONDA VERDE."*

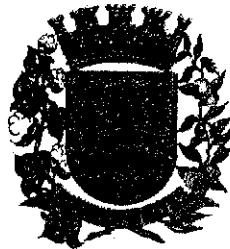
**JOÃO CARLOS MACHADO**, Prefeito do Município de Onda Verde, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

**Artigo 1º.** Fica criado o **PRODEON** – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ONDA VERDE, que tem como objetivo a criação de pólo econômico-industrial no Município de Onda Verde/SP.

**Artigo 2º.** O Chefe do Executivo para fins de implantação e desenvolvimento do **PRODEON**, fica autorizado a alienar, doar e conceder uso de imóveis públicos nos moldes estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93.

17 3268.1170 | 3268.1222

Avenida Romano Calil n.º 261 | Centro  
15450.000 | Onda Verde/SP  
[gabinete@ondaverde.sp.gov.br](mailto:gabinete@ondaverde.sp.gov.br)



**Artigo 3º.** O Chefe do Poder Executivo para os fins desta lei fica autorizado a desapropriar área e dispor dos terrenos pertencentes ao patrimônio público mediante licitação.

**Artigo 4º.** O valor de cada metro quadrado dos lotes a serem criados, será estabelecido com base no preço equivalente, no mínimo a 0,5% (meio por cento) do salário mínimo vigente à época da venda.

**Artigo 5º.** O valor da área adquirida pelo licitante deverá ser pago em parcelas mensais, iguais e sucessivas, com primeiro vencimento no primeiro dia útil seguinte ao mês em que foi aprovado o projeto de instalação e os demais no mesmo dia dos meses seguintes, dividido em :

- a) até 36 (trinta e seis) parcelas para aquisição no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil Reais);
- b) até 60 (sessenta) parcelas para aquisição no valor superior a R\$ 10.000,00 (dez mil Reais).

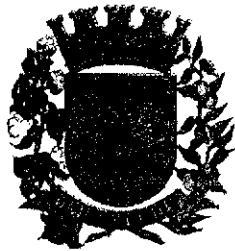
**Artigo 6º.** O valor mínimo de cada parcela deverá corresponder a 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente.

**Artigo 7º.** No preço da venda da área estará incluído o valor da terra.

**Artigo 8º.** O adquirente deverá, no prazo de 30 dias contados da homologação da licitação, recolher o valor equivalente a 01 salário mínimo vigente, a título de taxa de administração, o qual será abatido no valor das prestações.

17 3268.1170 | 3268.1222

Avenida Romano Calil n.º 261 | Centro  
15450.000 | Onça Verde/SP  
[gabinete@ondaverde.sp.gov.br](mailto:gabinete@ondaverde.sp.gov.br)



# PREFEITURA DE **ONDA VERDE**

*todos fazendo parte!*

sob pena de não o fazendo ser alienada a área ao proponente classificado imediatamente após a empresa vencedora e assim sucessivamente.

**Artigo 9º.** As áreas somente serão vendidas através de licitação e apenas às empresas previamente inscritas no PRODEON.

**Artigo 10.** A pessoa física ou jurídica interessada em participar da licitação referente à venda das áreas destinadas ao PRODEON, deverá requerer seu cadastramento junto ao programa, instruindo seu pedido com os seguintes documentos :

**I – Quando se tratar de pessoa jurídica :**

- a) cópia autenticada do contrato social e alterações;
- b) certidão negativa de débitos municipais, estaduais e federais;
- c) certidão negativa de protestos;
- d) certidão de distribuição judicial expedida pelo fórum da Comarca sede do estabelecimento;
- e) certidão de antecedentes criminais do proprietário da pessoa jurídica em seu último domicílio;
- f) croqui das edificações que serão construídas;
- g) plano de implantação ou de transferência, incluindo cronograma físico de obras e início operacional.

**II – Quando se tratar de pessoa física:**

- a) cópia autenticada do RG e CPF;

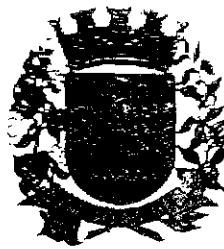


- b) certidão negativa de débitos municipais, estaduais e federais;
- c) certidão negativa de protestos;
- d) certidão de distribuição judicial expedida pelo fórum da Comarca sede do último domicílio;
- e) certidão de antecedentes criminais expedida na comarca do último domicílio;
- f) croqui das edificações que serão construídas;
- g) plano de implantação, incluindo cronograma físico de obras e início operacional.

**Artigo 11.** A pessoa física ou jurídica interessada em participar da licitação de alienação de área pública deverá obter sua inscrição definitiva no PRODEON com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da licitação.

**Artigo 12.** No ato da assinatura do contrato de alienação o interessado deverá apresentar, sob pena da perda do direito à compra, os seguintes documentos:

- a) cronograma de obras, incluindo o início operacional das atividades;
- b) croqui de edificação com área total de edificação, que deverá abranger no mínimo 30% (trinta por cento) do terreno pretendido, excetuando-se o segundo pavimento quando for o caso;
- c) relação dos motores e demais equipamentos elétricos que serão utilizados, com especificação da quantidade e potência de cada um;



PREFEITURA DE

# ONDA VERDE

*todos fazendo parte!*

**Artigo 13.** A pessoa física vencedora da licitação, sob pena de perda do direito à aquisição do imóvel e/ou rescisão contratual, deverá constituir sua pessoa jurídica no prazo de 60 (sessenta) dias da homologação da licitação.

**Artigo 14.** O adquirente de área deverá cumprir as seguintes exigências, sob pena de perda do imóvel:

- a) iniciar a construção de seu estabelecimento no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato de venda e compra;
- b) construir, no mínimo, 30% (trinta por cento) da área total do estabelecimento no prazo de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato de venda e compra e 50% (cinquenta por cento) da área total, no prazo de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato de venda e compra;
- c) construir a totalidade do estabelecimento no prazo de 18 (dezoito) meses contados da assinatura do contrato de venda e compra;
- d) iniciar suas atividades operacionais no prazo máximo de 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato de venda e compra.

**Artigo 15.** Os prazos acima estabelecidos poderão ser prorrogados uma única vez pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante justificada razão.

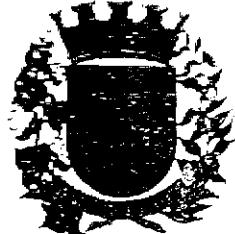
**Artigo 16.** A pessoa física ou jurídica vencedora da licitação perderá os benefícios desta lei e o imóvel adquirido, com reversão em favor do patrimônio municipal e retenção das

17 3268.1170 | 3268.1222

Avenida Romano Calil n.º 201 | Centro

15450.000 | Onda Verde/SP

[gabinete@ondaverde.sp.gov.br](mailto:gabinete@ondaverde.sp.gov.br)



PREFEITURA DE  
**ONDA VERDE**

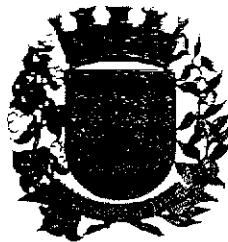
*todos fazendo parte!*

benfeitorias úteis e necessárias, sem direito à indenização de qualquer espécie, resguardado ainda o direito do Poder Executivo exigir indenização por perdas e danos, caso:

- a) paralise suas atividades por mais de seis meses;
- b) altere o ramo de atividade, sem autorização expressa da Prefeitura Municipal;
- c) exerça além da atividade a que se propôs outras atividades diversas, bem como permita que terceiros realizem atividades no mesmo local;
- d) exerça atividade que ofereça perigo à saúde ou polua o ar e mananciais;
- e) loque ou empreste, no todo ou em parte, o imóvel adquirido sem o prévio consentimento escrito do Executivo;
- f) não mantenha 70% (setenta por cento), no mínimo, da mão-de-obra empregada ocupada por moradores deste município.

**Artigo 17.** O Município prestará aos adquirentes das áreas destinadas ao PRODEON :

- a) execução de limpeza de terrenos gratuitos para fins de inicio das obras de instalação;
- b) execução gratuita de vias de acesso em terra, que se fizerem necessárias à adaptação da área do terreno ao fim a que se destina, sendo que a infra-estrutura realizada será passível de aplicação da legislação vigente sobre contribuição de melhoria;
- c) isenção de emolumentos relativos à aprovação de projetos.



**Artigo 18.** Os adquirentes poderão alienar os terrenos adquiridos somente para os mesmos fins colimados na presente lei e após decorridos 5 anos de comprovado exercício contínuo das atividades operacionais.

**Artigo 19.** Os terrenos poderão ser dados em garantia de financiamento, exclusivamente, para investimento no próprio local e unicamente para órgãos do Sistema Financeiro Nacional.

**Artigo 20.** Os recursos relativos à venda das áreas objetos do PRODEON, arrecadados na forma da lei e suas eventuais aplicações financeiras, serão depositados em conta bancária própria e específica, devendo ser reinvestidos no programa, sendo geridos e administrados pela Prefeitura Municipal.

**Artigo 21.** Será permitido à Prefeitura Municipal, através de seus agentes, realizar fiscalização periódica nos estabelecimentos, ficando autorizada a entrada e permanência de seus fiscais nas empresas instaladas, o tempo que for necessário, a fim de constatarem a ocorrência de quaisquer irregularidades e/ou desobediências aos ditames desta lei.

**Artigo 22.** A infração a quaisquer dispositivos desta lei implicará na perda do imóvel adquirido, com reversão em favor do patrimônio público municipal e retenção das benfeitorias úteis e necessárias, sem direito à

PREFEITURA DE

# ONDA VERDE

*todos fazendo parte!*

indenização, resguardado ainda o direito do Executivo exigir indenização por perdas e danos.

**Artigo 23.** O adquirente será notificado extra-judicialmente no caso de perda do imóvel, podendo apresentar justificativa administrativamente, no prazo de 10 (dez) dias, que poderão ser aceitas pelo Executivo mediante razões fundamentadas.

**Artigo 24.** As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Artigo 25.** A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Onda Verde/SP, 04 de Outubro de 2006.

**João Carlos Machado – Prefeito**

Registrada e publicada na secretaria da Prefeitura na data supra.

**Onivaldo Nogueira Silva – Secretário**

17 3268.1170 | 3268.1222  
Avenida Romano Calil n.º 261 | Centro  
15450.000 | Onda Verde/SP  
[gabinete@ondaverde.sp.gov.br](mailto:gabinete@ondaverde.sp.gov.br)